

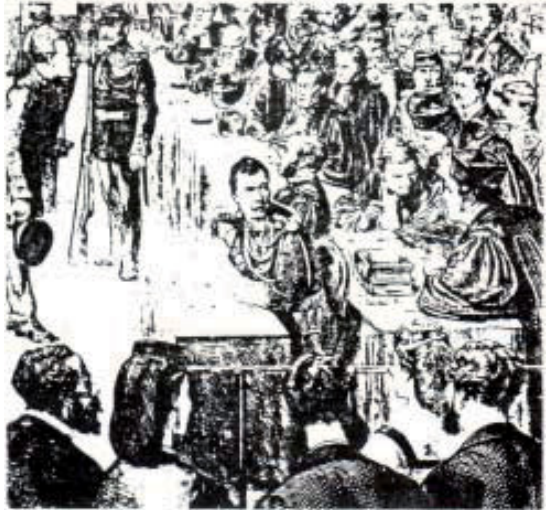
ÉTICA E POLÍTICA

Nilson Borges Filho

I

“Farsante, ladrão, revista ele”, foram estas as palavras de ordem do povo que se comprimia na Praça dos Três Poderes para acompanhar a derrocada de um presidente eleito por 35 milhões de brasileiros, dois anos antes, após um conturbado e longo processo de “impeachment”.

Collor de Melo, em campanha, se apresentava como candidato moderno, a mais pura imagem do político jovem, atlético e elegante. Época em que tudo o que era novo, era moderno e bom. Atirava contra todas as frentes, desde a da burguesia, que pagava a conta de sua campanha milionária, aos militares, amedrontados com a possibilidade de um Lula ou Brizola assumirem o comando Supremo das Forças Armadas.



No entanto, por trás daquela “imagem moderna”, escondia-se o político tradicional, arcaico, clientelista, corrupto e prevaricador.

Faz-se justiça, pois poucos foram os políticos brasileiros que conseguiram trabalhar de forma tão competente com o imaginário popular. Sua campanha foi dirigida aos “descamisados”, classe social que vive à margem do mercado de trabalho, em número de hoje, de 32 milhões de indigentes, segundo fontes do próprio governo. Atacava os “marajás”, minoria de funcionários públicos encastelados na estrutura governamental com altos salários. O empresariado e as elites, como gostava de afirmar, constituíam-se nas principais causas do atraso brasileiro, mais interessados no lucro fácil do que nas condições sociais da maioria da população.

O tom do discurso, sem sombra de dúvida, era de oposição. Com isso, tentava recuperar o discurso de outros candidatos situados à esquerda do espectro ideológico. Segundo Leôncio Martins Rodrigues, Collor conseguiu assim “capitalizar a hostilidade difusa do eleitorado pobre com relação a classe política e aos ricos” (1).

Ao assumir o governo cai por terra a imagem construída pelas agências de publicidade e entra em cena o político arrogante, autoritário, truculento e medíocre até mesmo na escolha de um primeiro escalão de governo inexpressivo, em cujo interior mandava uma figura controvertida de Alagoas, que ficou conhecida no plano nacional como o protótipo do assaltante dos cofres públicos: PC ou Paulo Cesar Farias.

PC e seus comparsas concluíram que poderiam governar e utilizar em benefício próprio as vantagens do poder, confundindo o Brasil com Alagoas. Ainda sobre tal prática, assim se expressa Leôncio Martins Rodrigues: “Imaginaram que a classe política, a tecnocracia e a alta burocracia federal, os empresários, as lideranças sindicais, a imprensa, a intelectualidade e todo o eleitorado (especialmente o do sudeste) poderiam ser tratados do mesmo modo como a oligarquia alagoana costuma tratar a população pobre e inerme de seu Estado. Esqueceram-se de que, no resto do país, existe uma sociedade civil que, mal ou bem, é dotada de certa capacidade de reação capaz de influenciar a classe política”.

É exatamente neste contexto que se deu a ruptura do processo político que elegeu Collor e que imaginava mantê-lo sob controle. Na verdade, Collor e comparsas, no particular, e os políticos, no geral, não acreditavam numa reação popular que pudesse colocar em “xeque” o bloco de poder montado pelo presidente e seus amigos, de dentro e fora do governo. PC Farias, na ânsia do enriquecimento fácil e rápido, rompeu o contrato tácito entre governo e empresários, elevando a propina, já institucionalizada de 10% para até 40% em determinados casos. Além disso, como afirma Leôncio Martins Rodrigues, Collor et caterva subestimaram o poder de mobilização da sociedade civil, mesmo que tenha sido um movimento espontaneista, reivindicando a ética na política.

II

O saldo político do governo Collor e do processo de “impeachment” que afastou um presidente eleito, tem gerado, ainda hoje, a indignação da população brasileira. O próprio índice de abstenções no plebiscito de 21 de abril, em torno de 25%, é uma clara manifestação do eleitor brasileiro de desconfiança política. Em recente pesquisa realizada sob o patrocínio da Confederação Nacional das Indústrias, os números obtidos refletem a atual posição dos políticos frente à população: 88% dos entrevistados acharam que os políticos só pensam em resolver seus próprios problemas. Para 93%, os políticos só pensam em se reeleger. Já 92% consideram os políticos como pessoas que enriqueceram com a sua atividade.

Nunca a imagem dos políticos brasileiros junto à população atingiu o seu ponto mais baixo. Jamais se viu um julgamento ético tão doloroso da classe política como o que agora apresenta o IBOPE/CNI (3).

É correto que a classe política nunca foi bem vista pela população brasileira. Como é correto, também, que na hora de votar, o eleitor, regra geral, pouco leva em consideração o passado ético dos políticos. Contudo, mesmo perversamente, Collor de Melo provocou uma importante e séria discussão neste país: a questão da ética na política.

Finalmente (e isto se deve a Collor), a população brasileira reagiu contra esse processo histórico na política brasileira de assalto aos cofres públicos por governantes mal intencionados. Deve-se a Collor o fato de ter deixado transparecer “essa mistura de cosmopolitismo de “free-shop”, aventureirismo e baixa picaretagem” (4). Cabe ainda a Collor, o papel de desmistificador do herói construído pelas encenações do “jet-sky”, do piloto de “Mirage” e de comandante de submarino atômico. Aquele que poderia ser visto como um anti-herói, a exemplo de Macunaíma, de Mário de Andrade; ou um desbravador, á lá Barry Lindon; ou até como um Fausto brasileiro, encarnador de força devastadora da história, cujo projeto é o futuro, não passa de um simulacro (5). Coube, portanto, ao aventureirismo de Collor de Melo, ao amadorismo de seus amigos no trato com a política e a forma vulgar com que o bando gastava o dinheiro roubado dos cofres públicos, a construção dos principais vetores que sinalizaram para

uma tomada de posição da sociedade civil em defesa da moralidade pública e da ética na política.

O que mais espantou a sociedade civil não foi a corrupção que existia dentro do governo Collor, mas a maneira cínica com a qual a República de Alagoas se utilizava para a banalização do roubo público. O próprio empresariado, a principal “vítima” dos ataques de PC Farias, convivia e agia normalmente com a corrupção, demonstrando pelo silêncio, medo ou cinismo a mínima capacidade ética de reagir. Não partisse do próprio irmão do presidente as denúncias de corrupção no governo, talvez ainda estivessemos convivendo com Collor dirigindo o país. A indignação da sociedade civil não se originou simplesmente das denúncias apresentadas por Pedro Collor, mas sim “de quem partiu”. O denunciante não era um mero cidadão, ou um político profissional atacando o presidente em busca de dividendos eleitorais. Ao contrário, o denunciante era alguém bem próximo do presidente, com ligações sanguíneas de irmandade, mas que, para fortalecer sua posição, se apresentava como um empresário bem sucedido e, ainda, muito embora irmão do presidente, esteve, sempre longe das maracutaias da República. É nesse exato momento que se dá a partida para o “impeachment” de Collor e fica estabelecido pela sociedade civil que o presidente deveria deixar o cargo. Afinal, ingressa no imaginário popular um outro componente de vital importância para a massa da população: a moral cristã. Caso a denúncia partisse do cidadão comum ou do político, tal fato estaria coberto pelos parâmetros normais e legítimos de fazer política, sem qualquer efeito degenerador da moral cristã. Mas como a denúncia fugiu do público e do permissível, para ingressar no privado (irmão É irmão) e no não permitido (denúncia fora o espaço institucional), a sociedade civil reagiu ocupando praças e avenidas para reivindicar a ética na política, a partir do afastamento do Presidente da República.

III

O principal fenômeno resultante das denúncias de corrupção contra o governo Collor de Melo pode-se dizer, sem medo de errar, foi o papel exercido pelos “caras-pintadas”, ao saírem às ruas em todo o país reivindicando o impedimento em benefício da ética na política. Ao contrário do que afirma Jean Baudrillard de que as massas “podem ser magnetizadas, o social as rodeia como uma eletricidade estática, mas a maior parte do tempo se comportam precisamente como massa, o que quer dizer que eles absorvem toda a eletricidade do social e do político e as neutralizam, sem retorno. Não são boas condutoras do político, nem boas condutoras do social, nem boas condutoras no sentido geral “(6), os “caras-pintadas” deram uma lição de mobilização.

A geração “shopping”, neste caso específico, desmentiu a teoria de Baudrillard, uma vez que coube a ela a condução do político e do social, não só absorvendo a eletricidade do social como, também, multiplicando essa mesma eletricidade e retornando ao espaço público o seu inconformismo com antigas práticas políticas e a sua indignação com a imoralidade pública. É claro, até mesmo por suas origens de classe, que os “caras-pintadas” ocuparam as ruas das principais cidades brasileira com base em referências estéticas, que iam das marcas famosas do vestuário jovem aos rostos sadios e alegres de quem vai a uma festa nos “Jardins” em São Paulo ou no “Baixo Leblon” no Rio de Janeiro. Na multidão nada se via daquele tipo que poderia representar os “descamisados” do presidente sob suspeita. A rigor, sair da periferia, tomar dois ônibus e pintar a cara custa dinheiro. Talvez aí a explicação para tanta gente bonita em torno do movimento “caras-pintadas”.

Ocorre, entretanto, que até hoje ninguém se dispôs a analisar, com profundidade, o papel exercido por

esses jovens no decorrer do processo de julgamento de Collor de Melo. Regra geral, as poucas análises que foram realizadas caíram no lugar comum, seja apresentando os “caras-pintadas” como produtos da mídia (7), seja comparando-os com os jovens dos anos 60 no Brasil ou nos fazedores de maio de 1968 na França. Nem um, nem outro. Talvez um pouco dos dois, com pitadas de “farra” e “glamour”.

Mesmo sem ter lido Maquiavel, a geração “shopping” acreditou que “de um corpo político corrompido não se pode esperar mais nada, suas leis são incapazes de tolher a violência privada, o Estado deixa de representar os interesses públicos, os cidadãos visam apenas o próprio bem, sem se preocupar com os destinos da cidade” (8).

Os “caras-pintadas” brasileiros, assim como os manifestantes de 68 na França, por motivos diferentes, demonstraram que as entidades organizadas (sindicatos, partidos, igreja etc..) não detêm o monopólio da iniciativa de ação política. Da mesma forma como maio de 68 e ao contrário dos anos 60 no Brasil, que se lutava para derrubar uma ditadura militar, o movimento dos “caras-pintadas” foi espontaneísta, não tendo por base qualquer tipo de filosofia, teoria ou ideologia. Sua ação estava centrada apenas, e não mais do que isso, num princípio básico de convivência sócio-política: a ética. Nos idos de 60 gritava-se palavra de ordem contra os “gorilas” e a

ditadura e reivindicava-se a democracia. Já nos 90, as palavras de ordem eram contra “os ladrões” e reivindicava-se a ética na política (9). Se maio de 68, na França, fracassou em derrubar o governo de De Gaulle, o movimento dos “caras-pintadas” brasileiros obteve êxito com o afastamento de Collor de Melo.

Por outro lado, há que se considerar que maio de 68 não era uma situação revolucionária clássica, embora condições para tal situação pudesse ter se desenvolvido rapidamente como consequência de uma ruptura repentina e inesperada em um regime que mostrou ser muito mais frágil do que qualquer um previa (10). No caso brasileiro, além de



não haver qualquer característica revolucionária no movimento dos “caras-pintadas”, em nenhum minuto buscou-se obter condições para tal, uma vez que o que estava em jogo não era o regime brasileiro, mas um governo podre e corrupto.

Tal qual na França, em maio de 68, os partidos de esquerda e os sindicatos vieram a reboque da manifestação dos jovens brasileiros, pois ou se engajavam no movimento ou ficariam de fora desse momento histórico na política do país. Pressentindo passar ao largo da riqueza desse período, partidos, políticos, sindicatos e outras entidades organizadas assumiram a organização de um movimento originalmente espontaneísta, que buscava apenas a sua cidadania política usurpada por um aventureiro de plantão.

#Em nenhuma situação aqui apresentada pretendeu-se separar os “caras-pintadas” do político e do ideológico enquanto cidadãos, mesmo porque “o indivíduo não é oponível ao político originalmente, pois já é o resultado de um processo; é contemporâneo da massa (11). A rigor, o que se disse é que mesmo sendo um movimento espontaneísta, longe de filosofias, teorias e ideologias, o indivíduo coletivo, isto é, a massa ou, mais particularmente, os “caras-pintadas” conduziu o político no “impeachment” de Collor de Melo. Segundo Pommier, antes do indivíduo e da massa existe algo. “Assim, uma nação pode manter sua coesão graças a um de seus escritores, a sua religião, a suas referências culturais em geral” (12). Antes dos “caras-pintadas” existia a ética, essa mesma ética que manteve a coesão da sociedade civil brasileira e que tomou a forma ideal do Eu coletivo.

NOTAS:

(1) Folha de São Paulo, 30/09/92, p. 1-3

(2) Ibid, Ibid

(3) Folha de São Paulo, 01/05/93, p. 1-4

(4) ALENCASTRO, Luiz Felipe. O Relatório da CPI: Um retrato do Brasil, Novos Estudos CEBRAP, N 34, novembro de 1992, p. 3

(5) OLIVEIRA, Francisco. A Herança do Marajá Superkitsch. Novos Estudos CEBRAP, N 34, NOVEMBRO DE 1992, P. 8

(6) BAUDRILLARD, Jean. · sombra das maiorias silenciosas, Editora Brasiliense, São Paulo, 1985, p. 9

(7) Na época, a Rede Globo apresentava a série ANOS REBELDES, sobre os anos 60 no Brasil, romantizando a figura do guerrilheiro político.

(8) MAQUIAVEL, Nicolau. As Fronteiras da Ética: Maquiavel, de Newton Bignotto. In Ética, Companhia das Letras, SP, 1982, p. 124

(9) Sobre esse período no Brasil ver ANOS 60, de Luiz Carlos Maciel, L e PM, Porto Alegre, 1987.

(10) HOBBSBAWN, E.J. Revolucionários. Paz e Terra, Rio, 1982, p. 240

(11) POMMIER, Gerard. Freud Apolítico? Artes Médicas, Porto Alegre, 1989, p. 22 (12)Ibid, Ibid

